

Alto salário é problema para Câmara e Senado

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães e o do Senado, Humberto Lucena, têm até o dia 20 de janeiro para decidir se os parlamentares receberão o aumento de 60 por cento concedido aos funcionários públicos a partir de janeiro. O aumento de 60 por cento para o funcionalismo público beneficia automaticamente deputados e senadores mas muitos deles já solicitaram a Ulysses e a Lucena que baixem um ato conjunto vedando o aumento dos parlamentares.

Humberto Lucena vai propor ao presidente da Câmara que as duas Mesas suspendam a **referendum**, o pagamento do reajuste dos parlamentares de Cz\$ 4,7 milhões para Cz\$ 7,6 milhões. Ulysses diz que está analisando o problema e pediu à administração da Câmara que aguarde até o dia 20 de janeiro, quando ele e Lucena darão uma resposta, para preparar os contracheques dos deputados.

CONTRA

O senador Jarbas Passarinho (PA) anunciou ontem que os parlamentares do PDS não receberão essa diferença e que proporão, no início de fevereiro, a anulação do aumento. Ele ainda não conversou com todos, mas a maioria da bancada, Câmara e Senado, concordou com essa decisão. Ele também ligou ontem para o Departamento de Pessoal a fim de se informar como pode ser feito o recolhimento da diferença entre Cz\$ 4,7 milhões e Cz\$ 7,6 milhões, já acertado com a maioria da bancada, do PDS. A dificuldade está em que não pode ser depositado como excesso de pagamento, pois a lei aplicada, dará o novo total. A tendência do senador, que aguarda o parecer do Departamento de Pessoal, é recolher a diferença em nome do Senado, que depois a repassaria ao Tesouro Nacional.

Os deputados de esquerda, considerando o aumento um absurdo, estão dispostos a abrir mão do reajuste de 60 por cento a partir de janeiro. Um assessor do Departamento Financeiro da Câmara dos Deputados afirma que a decisão de alguns deputados de não receberem o aumento irá criar uma série de transtornos, contrariando o que está disposto na nova Constituição.

Segundo a Constituição, os parlamentares devem ter os seus salários reajustados na mesma data e índice do funcionalismo público, o que significa que, se o aumento for bloqueado, estará infringindo a nova Carta. Outro problema delicado que a ausência deste aumento poderá causar, segundo o assessor da Câmara, é que os ministros do poder Judiciário e do Executivo terão o aumento em janeiro, o que determinará grande diferença entre os salários de um ministro do Supremo, por exemplo, e um deputado.

Com o aumento de 60 por cento, um ministro do Supremo passará a ganhar cerca de 7,5 milhões no mês de janeiro, enquanto que um deputado receberá 6 milhões caso não incida o aumento sobre o seu salário. Com o bloqueio do aumento para os parlamentares, haverá disparidade de salário entre o Legislativo e o Judiciário e a nova Constituição determina a isonomia de vencimentos para os três poderes da União.

Adelmar Sabino, diretor-geral da Câmara dos Deputados, diz que, caso as presidências da Câmara e do Senado decidam aplicar o aumento de 60 por cento e as lideranças decidirem em fevereiro aprovar um Decreto Legislativo impedindo o pagamento desse aumento para os parlamentares, a Câmara deverá votar um mecanismo para a devolução do dinheiro recebido a mais em janeiro.